



Sindicato dos  
de Porto Alegre Municipários

**LUTA E**

REVISTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS GESTÃO 2019-2022

**RESISTÊNCIA**

**Simpa**  
Sindicato dos Municipários  
de Porto Alegre

# NÃO À PRIVATIZAÇÃO



ÁGUA  
É VIDA!

SANEAMENTO  
É SAÚDE!



HÁ 60 ANOS

O **DMAE**

É DE PORTO  
ALEGRE

# Defender servidoras e servidores é fazer a cidade melhor

Apresentamos a revista do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre - Simpa, um balanço das lutas enfrentadas nos último três anos da gestão que esteve à frente do Sindicato. Na síntese de todas as ações, está a ferrenha defesa de direitos e de políticas públicas para uma cidade capaz de acolher sua população, gerando bem-estar social. Quando defendemos a carreira e a valorização das servidoras e servidores é a estrutura de todos os serviços públicos que ganha, com mais qualidade e investimento de recursos no atendimento à população e suas necessidades.

A pandemia da Covid19, que assola o mundo, exigindo uma real mudança de comportamento e solidariedade de todos e todas em defesa da vida, expôs nitidamente a importância dos serviços públicos, em especial na saúde, mas também em todas os outros setores, como assistência social, água e saneamento, segurança, educação, habitação, transporte, fiscalização e administrativo. Usando recursos próprios para o trabalho remoto ou enfrentando o perigo fora do isolamento, as servidoras e servidores mantiveram a Prefeitura funcionando!

Foi na pandemia que o Simpa enfrentou a face mais perversa dos governos Marchezan, que negou até Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e Melo, que seguiu a política negacionista de Bolsonaro para atrasar a testagem e a vacinação. Período em que também aprofundaram o desmonte dos serviços e a retirada de direitos da categoria. O difícil cotidiano do isolamento

não impediu a luta e a resistência, que foi reinventada para mecanismos on-line de pressão, realização de assembleias ou ações nas ruas com cuidados de proteção.

Cada integrante da direção do Simpa e dos Cores representou, nas manifestações, centenas de colegas impedidos de sair às ruas pelo risco da contaminação pela Covid19. O Simpa, com recursos próprios e junto com as associações profissionais, comprou EPIs, formulou orientações de prevenção e cobrou na Justiça as normatizações e protocolos necessários para o período da pandemia.

Com imensa tristeza, mas na certeza da necessidade de visibilidade e manifestação de reconhecimento e solidariedade, foi criado o Memorial das Vítimas da Covid19, no site do Sindicato. Uma homenagem que instigou a luta e o alerta para a urgente proteção e preservação da vida dos demais colegas.

Na defesa da data-base, pressionamos o governo a negociar a reposição da inflação nos salários

e a retomada do pagamento das progressões. O índice conquistado ficou aquém das perdas acumuladas e dos prejuízos impostos por Marchezan e Melo, mas acabou com um período de quase seis anos de congelamento dos salários.

Resistimos ao vírus e enfrentamos com resistência a Reforma da Previdência municipal e todas as ações perversas contra a categoria e os serviços públicos. Seguimos na luta, contra a terceirização na saúde e na assistência social, em defesa da água e do saneamento públicos e pela realização de concursos e nomeações dos aprovados. Uma luta também contra todas as perversidades que incidem sobre as trabalhadoras e trabalhadores, como o racismo, o machismo, a misoginia, a LGBTQfobia, a destruição do meio ambiente e as ações nocivas de Bolsonaro, seguidas pelos governos de Porto Alegre e do RS.

O Simpa é referência de luta na Capital dos gaúchos e gaúchas, pela trajetória de todas e todos que estiveram à frente do Sindicato, uma missão que terá continuidade.



Foto: Silveira Fernandes

## PANDEMIA DA COVID19

# Pela vida, o Simpa defendeu o isolamento, a vacina e a proteção aos servidores

Março de 2020, a pandemia da Covid19 impôs um triste marco na história mundial, exigindo a mudança de comportamento de todas as pessoas e uma rápida adequação às medidas de proteção. O Simpa transformou seu atendimento presencial em on-line, construindo mecanismos para fazer a defesa da vida e dos direitos das servidoras e servidores públicos.

Primeiro, o Sindicato fez a denúncia e a exigência para que a Prefeitura adotasse um protocolo único de atendimento na rede de saúde, para orientar a atuação e preservar a vida da população e das/os colegas que estavam na linha de frente do enfrentamento à Covid19. Depois, reivindicou o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e fez o combate, nos diversos locais de trabalho, à doença e à precariedade imposta pelo descaso do então prefeito, Marchezan.

## CAMPANHA DE DISTRIBUIÇÃO DE EPIs

Com o slogan "Simpa cuidando de quem cuida", o Sindicato entregou escudos protetores para trabalhadoras e trabalhadores dos serviços essenciais.

Buscando o máximo possível de segurança aos servidores e servidoras da saúde e demais serviços essenciais frente ao descaso da gestão Marchezan, que não garantiu EPIs em quantidade suficiente para a totalidade dos trabalhadores, o Simpa agiu, na pandemia, fazendo as rei-

vindicações administrativas, ações judiciais e fornecendo orientação e materiais de proteção.

O Sindicato adquiriu e distribuiu nos locais de trabalho, em parceria com a ASHPS e Astec, mais de 2.000 escudos faciais e máscaras, que ajudaram a proteger da contaminação pelo coronavírus e outros agentes patogênicos. Os EPIs foram entregues inicialmente aos profissionais de saúde, da Fasc e do Dmae.



Foto: divulgação

Prefeitura negou e Simpa forneceu EPIs aos colegas.

## NOMEAÇÃO DE CONCURSADOS

O Simpa apresentou, junto ao Ministério Público, denúncia formal por meio de uma representação contra o Município, o prefeito e o secretário da Saúde devido ao não chamamento de concursados, mesmo diante da existência de cargos vagos e da necessidade premente de trabalhadores na área da saúde para enfrentar a pandemia da Covid19.

## ORIENTAÇÕES NOS LOCAIS DE TRABALHO

Fixando cartazes nos locais de trabalho, o Simpa informou sobre os direitos da categoria e orientações jurídicas relativas à Covid19, disponibilizando canais de denúncia sobre situações que estivessem colocando em risco a vida das trabalhadoras e trabalhadores.

## LUTA PELO TRABALHO REMOTO

O Simpa ingressou com ação judicial para que colegas dos serviços não essenciais pudessem iniciar imediatamente o trabalho remoto, reivindicando também a liberação, sem prejuízo funcional e remuneratório, das servidoras e servidores com mais de 60 anos, para trabalhar de casa (incluindo serviços essenciais) além da garantia de EPIs aos que exercem funções essenciais.

Lamentavelmente, a Justiça deferiu parcialmente a ação, acatando apenas o pedido de fornecimento dos EPIs e condições de higiene necessárias nos ambientes de trabalho. O Simpa recorreu e o TJRS manteve a decisão original. O Município e as autarquias também recorreram e conseguiram suspender o fornecimento de EPIs.

## MEDIDAS EM DEFESA DA CATEGORIA

O Simpa notificou o prefeito Marchezan e secretários da SMS, Fasc, SMSEG, Dmae e DMLU solicitando as medidas cabíveis para proteger as vidas de quem estava na linha de frente do combate à Covid-19. Entre as ações requisitadas, a garantia do fornecimento de EPIs para todos os trabalhadores da rede municipal de saúde, inclusive os terceirizados, bem como formação específica sobre o enfrentamento à Covid-19. Também solicitou a disponibilização de vacina de imunização contra a gripe para todos os trabalhadores dos serviços essenciais do município.

## GRAU MÁXIMO DE INSALUBRIDADE

Ainda em março de 2020, o Simpa apresentou ação na Justiça, com pedido de tutela de urgência, para garantir aos trabalhadores da rede municipal de saúde o recebimento do grau máximo de insalubridade (40%) devido ao alto risco na atuação contra o coronavírus. A maioria dos trabalhadores na linha de frente do atendimento à população nas unidades hospitalares, atenção básica, pronto atendimentos, centros de saúde, centros de atenção psicossocial (Caps) e vigilância em saúde não recebem o direito, previsto na lei, ao adicional de insalubridade em grau máximo (40%), assim como os que trabalham nos respectivos setores administrativos, ou executam atividades de segurança, limpeza, transporte e coleta de materiais. O resultado da perícia técnica designada pelo Judiciário demonstrou que as atividades dos profissionais de saúde devem ser enquadradas no grau máximo durante todo o período da pandemia. A ação aguarda a sentença judicial.

## CARTILHA PARA PREVENÇÃO

O Simpa, o Cores Saúde e a Comissão de Saúde e Segurança do Trabalhador (CSST-SMS) elaboraram cartilha de orientação aos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde e demais servidores na linha de frente no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Além de informações sobre a realidade brasileira em relação à doença, também reuniu a legislação municipal que ampara os trabalhadores submeti-



dos a risco, orientação sobre uso e higiene dos EPIs, ações de proteção e orientações para preservação da saúde mental dos trabalhadores submetidos ao estresse do enfrentamento ao coronavírus.

## SIMPA NO COMITÊ POPULAR DE ENFRENTAMENTO À COVID19

O Sindicato participou ativamente do Comitê Popular em Defesa do Povo e Contra o Coronavírus que cobrou dos governos ações efetivas de combate à pandemia, com prioridade para populações vulneráveis.

O Comitê também listou as 14 medidas essenciais para enfrentar a pandemia, incluindo a manutenção do isolamento social, a garantia dos salários e dos empregos públicos e privados e o pagamento imediato da renda básica.

## LEI PARA TESTAGEM

Um grande desafio no início da pandemia da Covid-19 foi a luta pela testagem, que não foi priorizada pelo governo federal e, aqui em Porto Alegre, também. Mesmo com a tentativa de veto por parte do então prefeito Marchezan, a pressão do Simpa foi vitoriosa e o Legislativo promulgou a Lei Benedito Saldanha (nome de servidor do Dmae vítima de Covid-19), estabelecendo a testagem para trabalhadores e trabalhadoras na linha de frente do combate à pandemia. Idosos e pessoas com doenças crônicas ou famílias vulneráveis também foram incluídos na testagem.



Foto: Divulgação

Mesmo com todo o risco de contágio, sindicatos foram às ruas reivindicar EPIs.

## Campanha do Simpa exige Vacinação Já!

O Simpa fez intensa luta para pressionar o prefeito Sebastião Melo a agilizar o processo de vacinação em Porto Alegre, com destaque para a campanha de outdoors nos principais pontos da cidade, com o slogan “Vacina já – senão o bicho vai pegar”. Para vencer as restrições de mobilização impostas pelo necessário isolamento social, foi criado um “pressione on-line”.

A campanha também alertou para a necessidade de vacinação dos trabalhadores dos serviços essenciais, na linha de frente do enfrentamento da pandemia.

Lamentável, a posição do prefeito, que ao invés de priorizar a aquisição de vacinas, tentou utilizar recursos públicos para comprar o kit-covid (remédios sem a devida comprovação científica e não indicados pela Organização Mundial da Saúde), como foi o caso da cloroquina.



### PRESSÃO CONQUISTA VACINAÇÃO

O Simpa somou força nas lutas sociais que pressionaram pela vacinação em massa da população contra a Covid19. Uma medida que só foi adotada no País e no Estado pela força das ruas e da mobilização. Foram diversos protestos, alertas e comunicados ao governo, defendendo a priorização dos profissionais da saúde e demais trabalhadores dos serviços essenciais ou com urgente necessidade durante pandemia: Fasc, Dmae, Guarda e Educação.



### PIA PARA MORADORES DE RUA

Para contribuir no combate ao coronavírus e levar auxílio às pessoas em situação de rua que necessitam de água para sua higiene, o Simpa instalou uma pia solidária na parede externa da sua sede, com livre acesso. Lamentavelmente, no pior momento da Covid19 o prefeito Marchezan lacrou todas as torneiras públicas, impedindo que catadores e pessoas que vivem nas ruas pudessem adotar os cuidados mínimos de prevenção.



### MEMORIAL VÍTIMAS DA COVID19

Dias de luto e luta. Para prestar homenagem e dar visibilidade aos dados que o prefeito Melo omitiu da categoria, o Simpa reuniu as manifestações de pesar aos familiares e colegas das servidoras e servidores da Prefeitura de Porto Alegre, que tiveram suas vidas interrompidas em decorrência da pandemia, criando, no site do Sindicato, o Memorial Vítimas da Covid19. Assustadoramente, somente nos primeiros meses da pandemia, entre 2020 e 2021, foram registrados nomes de 32 colegas.

# Mobilização “LOCKDOWN AGORA” unifica sindicatos no RS

Para chamar atenção do prefeito Sebastião Melo e do governador do RS, Eduardo Leite, sobre a necessidade urgente do isolamento social, como medida para salvar vidas e proteger quem estava na linha de frente da pandemia, o Simpa colocou nas ruas a campanha visual pedindo “LOCKDOWN AGORA”.

O apelo, expresso em outdoors e peças publicadas nas redes sociais do Simpa, ganhou coro com a adesão das entidades sindicais da Frente de Sindicatos em Defesa da Vida e da Educação, que acrescentaram



Fotos: Divulgação

*Campanha contou com outdoors nas ruas e pressione nas redes sociais.*

ao pedido de lockdown a necessidade do auxílio emergencial de R\$

600,00, medidas de distanciamento, testagem em massa e vacina já.

## ESCOLAS FECHADAS VIDAS PRESERVADAS

Com o objetivo de denunciar à população a irresponsabilidade do prefeito Marchezan ao propor a volta às aulas no período mais crítico da pandemia, o Simpa e a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Demhab (Asead) iniciaram campanha em TV, nas redes sociais, outdoors nas ruas de Porto Alegre e faixas fixadas em todas as escolas.

Com o slogan “Escolas fechadas, vidas preservadas”, o objetivo foi mostrar o risco das atividades presenciais na comunidade

escolar e seu impacto na cidade como um todo, quando o município ainda estava na classificação de bandeira vermelha devido aos elevados índices de contágio e mortes, somados a falta de leitos nos hospitais.

O Simpa também apontou a falta de protocolo com as medidas sanitárias necessárias para garantir a segurança de estudantes e professores e lutou pela retomada das aulas presenciais somente após a disponibilização das vacinas.

## AVALIAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

O Simpa e colegas da Comissão de Saúde e Segurança do Trabalhador (CSST) da Educação, mesmo no maior período de isolamento da pandemia, realizaram levantamento na Rede Municipal de Ensino, alertando a comunidade escolar, a Smed e órgãos de regulação, sobre a falta de condições seguras nas escolas para o retorno do atendimento presencial. Das 98 escolas, 80 tiveram levantamento comprovando a falta de condições sanitárias para o retorno. A grande maioria não dispunha de estrutura física, nem de pessoal suficiente. Além disso, a

Prefeitura não tomou as medidas sanitárias e de segurança em saúde que seriam essenciais para a volta das atividades no quadro da pandemia, colocando essa responsabilidade sobre as direções.





Dirigentes representam categoria na mobilização.



## **GARANTIA DE TRABALHO REMOTO PARA SERVIDORAS GESTANTES**

O Tribunal de Justiça do RS acatou o pedido de liminar feito na ação promovida pelo Simpa para a garantia do direito ao trabalho remoto a uma servidora gestante da Prefeitura de Porto Alegre, que ainda não havia tomado as duas doses da vacina contra a Covid19. A decisão abriu caminho para garantir o direito à outras servidoras gestantes e foi levada pelo Sindicato ao COE Municipal e a Smed foi obrigada a orientar as escolas a manter as servidoras gestantes em trabalho remoto, mesmo após a conclusão do esquema vacinal contra a Covid19.

## **Greve pela vida**

As trabalhadoras e trabalhadores da Educação realizaram greve para impedir o retorno presencial das aulas no período de maior risco na pandemia da Covid19, denunciando o des-caso do governo Melo com as comunidades escolares e a cidade. Foram 25 dias de greve, em 2021, após diversos alertas e protestos. Amparados pela assessoria jurídica do Sindicato, a disputa judicial pelo direito à greve foi travada em todas as instâncias.

As direções do Simpa e da Atempa, em negociação com a Secretaria Municipal de Educação (Smed), reverteram o des-cuento dos dias paralisados e conquistaram calendário de recuperação das aulas elaborado pelas comunidades escolares.

### **CONCILIAÇÃO NA JUSTIÇA CONQUISTA DIÁLOGO, PROTOCOLO DE SEGURANÇA, COE MUNICIPAL E VACINA PARA A EDUCAÇÃO**

A ação do Simpa mobilizou o Estado e incidiu para que o Poder Judiciário determinasse a formação de um grupo de mediação, com a participação do Sindicato, de outras entidades juntamente com os representantes do Executivo estadual e municipal. Da mediação resultou a elaboração de protocolo de segurança sanitária para a Educação, a implantação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE) Municipal e dos COEs nas escolas, com participação de representante das trabalhadoras e trabalhadores.

## **LUTA CONQUISTA VACINA PARA TRABALHADORAS/ES DA FASC**

Após muita mobilização e pressão das trabalhadoras e trabalhadores e do Simpa sobre a Prefeitura, em junho de 2021 os servidores e servidoras da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) finalmente conquistaram o direito de serem vacinados contra a Covid19. Diversos protestos foram realizados no Paço Municipal e nos locais de trabalho.

**O Sindicato é a nossa força!**

**FILIE-SE AO SIMPA**

**Simpa**  
Sindicato dos Municipais de Porto Alegre

Foto: Divulgação



Foto: Mariana Pires



Foto: Divulgação



Foto: Mariana Pires



Foto: Mariana Pires



Foto: Divulgação



Foto: Mariana Pires



Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação



## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

# Melo faz ataque perverso à aposentadoria de toda a categoria

O maior golpe sofrido pela categoria municipal foi a aprovação da Reforma da Previdência das servidoras e servidores de Porto Alegre. A destruição da aposentadoria, iniciada em nível federal pelo presidente Jair Bolsonaro, foi reproduzida pelos governos Marchezan e Melo.

O Simpa e a categoria municipal fizeram brava resistência para impedir o retrocesso, mas a eleição de Sebastião Melo e sua base na Câmara de Vereadores, abriu as portas para o desarquivamento e aprovação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PELO) 02/20 e do Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) 18/20.

Em um dos piores momentos da pandemia da Covid19, o Simpa, juntamente com o Cores, as associações representativas de profissionais da Prefeitura e o Conselho Administrativo do Previmpa (CAD-Previmpa), mobilizou todas as formas de luta para impedir a reforma: nas ruas, na Justiça, na articulação com vereadoras e vereadores, em



Foto: Sílvia Fernandes

*Projeto nefasto foi enfrentado com luta.*

campanha de mídia e ações de pressão sobre o prefeito e vereadores.

Como recurso de embasamento técnico, tanto para o Sindicato, quanto nas ações de orientação à categoria, foram acionadas as assessorias jurídica e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

## PREVIMPA SUPERAVITÁRIO

Contra a Reforma da Previdência foi demonstrado que a situação previdenciária da PMPA é atuarialmente superavitária em R\$ 416,5 milhões. Melo manipulou os números transformando a dívida patronal da Prefeitura com a Previdência em déficit, para consolidar seu projeto de repassar às trabalhadoras e trabalhadores o ônus desse pagamento.



Foto: Mariana Pires

*Caminhadas, vigílias e atos públicos foram realizados na luta para barrar a tramitação do projeto da Reforma da Previdência.*

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Uma das ações de resistência foi a realização da audiência pública, solicitada pelo Simpa. Mesmo diante dos impedimentos da pandemia, com mobilização, participação on-line e restrição de acesso, o Sindicato garantiu a participação de 300 municipais e municipais na audiência, realizada no dia 11 de março de 2021, reivindicando a retirada do PELO 02/20 de tramitação e abertura de uma mesa técnica entre o Executivo e municipais. O instrumento da audiência pública para evitar a aprovação do projeto e instaurar amplo debate sobre a previdência foi um dos recursos de luta do Simpa, que fez novas solicitações à presidência da Câmara e ingressou com pedidos judiciais para que fossem realizados os debates.

## Campanha para barrar a reforma

Na luta para barrar a reforma, o Simpa lançou campanha de mídia em rádios e outdoors com o dizer: “Prefeito Melo, o senhor prometeu diálogo. Retire o projeto de reforma e dialogue”. O argumento foi amplamente divulgado nas redes e canais de comunicação do Simpa, e em diversos informativos e cartilhas sobre os prejuízos na aposentadoria, levados aos locais de trabalho.

### ESTADO DE GREVE

No processo para barrar a reforma, foram convocadas assembleias gerais da categoria e o estado de greve foi aprovado, com a realização de paralisações e diversos atos públicos em frente à Câmara e no Paço Municipal.

#### TRAIÇÃO DO VEREADOR FERRONATO

Foi a resistência da categoria, mobilizada pelo Simpa, com o apoio da bancada de vereadores de oposição, que seguiu a votação da Reforma da Previdência durante meses. Mesmo com o prefeito visitando os parlamentares pessoalmente para que aprovassem a medida, foram conquistados os votos necessários para rejeitar o PELO 02. Uma chantagem de Melo, no entanto, modificou o voto do vereador Aírto Ferronato (PSB) que escolheu trair as municipais e municipais, permitindo a aprovação da reforma, por 24 votos a 12, no dia 05 de julho de 2021.

*Ainda em grave período da pandemia, ataque à aposentadoria forçou municipais a lutar nas ruas e na Câmara.*



Foto: Divulgação

A campanha do Simpa contou ainda com o pressure on-line, que enviou centenas de cartas da categoria municipal para o prefeito Melo e aos vereadores, para retirada do PELO 02/20.

### Com maioria na Câmara, Melo consolidou o desmonte da Previdência

Mesmo com a mobilização da categoria e todas as formas de luta convocadas pelo Simpa, logo após a aprovação do PELO 02/20, foi iniciada a tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) 18/20, reduzindo a faixa salarial das aposentadas e aposentados para desconto de 14% de contribuição previdenciária. Aposentados com benefício até seis salários mínimos (SM), que eram isentos da contribuição, passaram a descontar para o Previmpa a partir de 2,4 SM. Novamente, o Simpa e o CAD/Previmpa denunciaram a inconstitucionalidade

do projeto e a falta de estudo técnico para justificar o duro golpe nas aposentadorias.

Em parceria com as centrais sindicais, as associações municipais e parlamentares de oposição, o Sindicato forjou uma auto agenda com Melo para buscar o diálogo e, ainda, chamou assembleia geral extraordinária da categoria municipal, onde foi deliberado estado de greve e vigílias em frente à Câmara. Mesmo com todas as manifestações, a bancada de vereadores do governo aprovou o PLCE 18, com 24 favoráveis e 11 votos contrários.

Foto: Sílvia Fernandes



## Semana da Previdência do Simpa alertou para os prejuízos na aposentadoria

A Semana da Previdência, realizada pelo Simpa, em 2019, oportunizou o debate sobre as implicações que o projeto de Reforma da Previdência federal teria nos municípios. Com esta preocupação, o Sindicato uniu forças nas manifestações contra a reforma iniciada por Temer e seguida por Bolsonaro. Além de trazer informações técnicas sobre o projeto, através de estudo elaborado pelo Dieese, a conjuntura política também foi abordada, com a participação de assessor parlamentar no Congresso Nacional.

Durante toda a semana, funcionou, na sede do Sindicato, um plantão jurídico para orientar os municipais e municipais sobre o perigo das novas regras.

Fotos: Priscila Lobregatte



### PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Simpa e a categoria municipal tiveram que enfrentar com luta outros ataques do prefeito Melo, que executou integralmente o projeto de desmonte da Previdência deixado por Marchezan. Com o aval da Câmara de Vereadores, aprovou a Lei Complementar nº 913, instituindo o Regime de Previdência Complementar, fixando limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo Regime Próprio de Previdência Social e criando a Previdência Complementar.



Foram organizadas diversas atividades e divulgações sobre as perdas na aposentadoria com a Reforma da Previdência.

## RESSEGREGAÇÃO DE MASSAS

Simpa, Astec, ASHPS, Atempa, Asserpv, Asead e CAD/Previmpa unificaram forças para barrar o Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) nº 03/2022, que instituiu a ressegregação de massas no regime previdenciário dos municipais. A medida, também aprovada pelos vereadores da bancada de Melo, confiscou recursos do fun-

do capitalizado para pagamento de uma dívida previdenciária que é da Prefeitura, comprometendo o futuro da Previdência dos servidores públicos de Porto Alegre.

Foi realizada intensa campanha na Câmara, com solicitação de audiências públicas e ações na Justiça frente às manobras adotadas pelo prefeito e seus vereadores. A luta do

Simpa e da categoria conseguiu segurar este ataque durante a gestão do ex-prefeito Marchezan, quando o PLCE 07/2020, com mesmo teor, foi rejeitado pelo plenário. Mais de 200 mil mensagens foram encaminhadas aos vereadores na campanha de pressão desencadeada pelo Sindicato.

Fotos: Silvia Fernandes

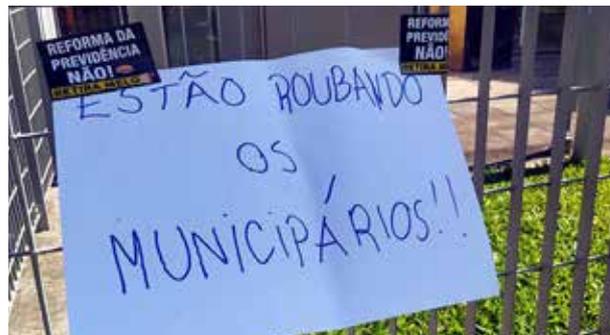


Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Mariana Pires



Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Mariana Pires



Foto: Mariana Pires



Foto: Mariana Pires



Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Mariana Pires



Foto: Mariana Pires



Foto: Mariana Pires



Foto: Mariana Pires



## DATA-BASE

# Conquista da reposição salarial e retomada da data-base, congelada por quase seis anos

A categoria municipalidade amargou quase seis anos com salários congelados, em plena pandemia e com altos índices de inflação, chegando a perdas salariais de 36,15%. O Simpa, com a assessoria do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), monitorou o índice das perdas salariais desde a época de Marchezan até o período atual (Melo), durante a luta da data-base, instrumentalizando e mobilizando as trabalhadoras e trabalhadores para pressionar o governo de Melo a negociar. Desde a entrega da pauta ao governo, em junho de 2021, marco do início da negociação, foram realizadas inúmeras vigílias, atos no Paço Municipal e assembleias.

Após um ano de pressão para avançar na proposta inicial do governo, que previa 10,06% parcelados até 2023, a categoria municipalidade aprovou o índice, na assembleia geral de 23 de junho de 2022, com pagamento até outubro e a continuidade da mesa de negociação para totalizar as perdas do período Melo de 14,79% até abril de 2022.

A atuação da categoria foi fundamental para avançar sobre a pro-



Foto: Priscila Lobregatte

Com perdas nos salários que já somavam de 36,15%, categoria municipalidade ocupa o Paço.

posta original feita pelo governo. O período de parcelamento da reposição inflacionária, que se estendia até janeiro de 2023, foi antecipado para outubro.

Ao mesmo tempo, houve melhoria no reajuste do vale alimentação: inicialmente, o índice também era de 10,06% e passou para 25%, pagos a partir de maio, além de diminuição das parcelas de pagamento das progressões, de 100 para 70.

## MELO DEVE, MELO PAGUE

O Simpa criou slogan para acompanhar e divulgar em todos os seus materiais de comunicação as perdas acumuladas nos salários. Nas manifestações, um balão inflável foi utilizado para chamar a atenção e enfatizar a necessidade urgente da reposição salarial. Junto com o Dieese, o Sindicato mantém controle e atualiza mensalmente o percentual das perdas da inflação nos



Foto: Priscila Lobregatte

salários, que totalizam 28,19% (outubro/2022).

### Reposição de 10,06%, em três parcelas:

- 1ª parcela paga em abril = 4%
- 2ª parcela paga em julho = 3%
- 3ª parcela em outubro = 2,74%, que totaliza 10,06%

### Reajuste de 25% no vale-alimentação

### Pagamento das progressões 2012-2014:

em 70 parcelas (proposta inicial de Melo era de 100 parcelas). Os servidores ativos já estão recebendo a quitação das parcelas desde o mês de agosto de 2022. Já os aposentados, ainda não receberam nenhuma parcela devido a problemas técnicos da Prefeitura.

Abertura de processo das progressões do biênio 2014/2016.

Foto: Mariana Pires



A retomada da luta após o período de isolamento.

Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Priscila Lobregatte



Atos no Paço Municipal.

Foto: Mariana Pires



E vigílias durante as reuniões de negociação com o governo.

## SEMINÁRIO DO SIMPA

Para embasar os trabalhadores e trabalhadoras a respeito da data-base 2021, foi realizado o Seminário do Simpa, nos dias 11 e 18 de setembro de 2021, de forma on-line pelo Facebook e Youtube do Sindicato. A atividade também abordou os prejuízos da Reforma Administrativa (PEC 32) para o serviço público municipal, fornecendo análises técnicas para subsidiar a reivindicação.

O Seminário foi uma atividade definida pelo Cores Simpa e referendada em assembleia geral. Cumpriu com sua proposta de discutir os entraves na abertura da mesa de negociação e a necessidade de incluir a reposição da inflação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

## PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: LDO E LOA

Uma importante etapa pela reposição foi articulada pela direção do Simpa, na Câmara de Vereadores, que resultou na emenda 383, construída pela bancada de oposição, para inclusão, no Projeto de Lei do Executivo (PLE) nº 22/2021 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022, de previsão financeira para a reposição inflacionária sobre os salários dos servidores desde o ano de 2017 até 2021. As inclusões não garantiram o reajuste, mas foram necessárias para prever a destinação dos recursos orçamentários. Também foram importantes expedientes para a ação jurídica.

### DATA-BASE 2020 FOI JUDICIALIZADA

Diante da postura do prefeito Marchezan, que se negou, durante todo o seu mandato, a receber o Simpa para negociação dos direitos dos servidores, a data-base de 2020 foi judicializada pelo Sindicato, assim como ocorreu com as datas-bases de 2017, 2018 e 2019.

## EMENDAS À LDO 2023

A diretoria do Simpa, em conjunto com a Associações dos Servidores do Hospital de Pronto-Socorro (ASHPS), dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (Astec) e de Engenheiros e Arquitetos do Demhab (Asead) apresentou emendas ao Projeto de Lei do Executivo (PLE) nº 24/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, na tentativa de gravar, no texto legal, o compromisso com a reposição das perdas acumuladas e o pagamento das progressões. Mesmo com as emendas rejeitadas pelos vereadores da base de Melo, a reposição está prevista no texto da LDO e será defendida na mesa de negociação.

## A VERDADE SOBRE AS FINANÇAS DE PORTO ALEGRE

O Simpa apresentou o estudo “A Verdade sobre as Finanças da Prefeitura de Porto Alegre”, concluído pelo Instituto de Debates, Estudos e Alternativas de Porto Alegre (Idea), em parceria com a Associação de Técnicos de Nível Superior (Astec) e a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Demhab (Asead), desmascarando o discurso falacioso de crise nas contas públicas. Os dados apontam que as contas da cidade foram superavitárias e que o PIB de Porto Alegre cresceu mais de 35 %, entre 2006 e 2015, passando de 51,8 bilhões para 70,3 bilhões.



Foto: Mariana Pires



Foto: Mariana Pires



Foto: Priscila Lobregatte



Foto: Mariana Pires



Foto: Priscila Lobregatte



Foto: Priscila Lobregatte



Foto: Mariana Pires



Foto: Silvia Fernandes



Foto: Silvia Fernandes



## NÃO À PRIVATIZAÇÃO / CONCESSÃO DO DMAE

# O Dmae é de Porto Alegre há 60 anos! Não à privatização!

Fotos: Sílvia Fernandes

*A mobilização e luta em defesa da água e do saneamento público é uma das prioridades do Simpa.*

Com campanhas de mídia, materiais impressos, faixas, adesivos e camisetas, as servidoras e servidores do Dmae, organizados pelo Cores Dmae e Simpa, mantêm intensa luta em defesa da água e do saneamento público. O Sindicato instalou outdoors nos principais pontos de Porto Alegre com as frases “Água privada custa caro e só chega onde dá lucro” e “Água de qualidade e acessível a todos, só com o Dmae público”. Em ambos, um pedido dirigido ao prefeito: “Melo, não privatize o Dmae”.

Inúmeros apitaços foram realizados nas ruas da cidade, nas imediações das unidades do Departamento, com caminhadas e entrega de panfleto explicativo. O objetivo



Apitaços e atividades de luta denunciam nas ruas a política privatista de Melo.

da campanha é chamar a atenção e mobilizar a sociedade contra a o processo de privatização do órgão, mostrando que a manutenção do Dmae público é essencial para garantir serviço de qualidade a preço justo e acessível a toda a população,

o que não acontece sob a gestão privada. Diversas cidades do mundo já reverteram processos de privatização justamente porque os serviços ficaram mais caros e a qualidade ficou aquém do desejado.

## Ação junto ao Ministério Público de Contas

Em 18 de dezembro de 2021, a Prefeitura de Porto Alegre abriu consulta pública para a privatização dos serviços de água e esgotamento sanitário, com prazo de encerramento em 29 de janeiro de 2022. No final de dezembro, em reação à iniciativa da Prefeitura, o Simpa protocolou representação junto ao Ministério Público de Contas (MPC) pedindo a suspensão do processo.

Na sequência, o MPC apresentou, junto ao Tribunal de

Contas do Estado, documento oficial (Promoção MPC 864/2020) pedindo medida cautelar para prorrogação da consulta pública e pelo não pagamento da consultoria sobre a concessão Dmae.

A indefinição do governo municipal quanto ao futuro do Dmae causa prejuízos ao Departamento, tirando a autonomia administrativa e financeira. Uma das principais consequências é o sucateamento das instalações e a falta de servidores para desenvolvimento das atividades.



## CONCURSOS E NOMEAÇÕES JÁ

A realização de concurso público e a nomeação dos concursados fizeram e continuam fazendo parte da luta contra a privatização do Dmae. O Simpa, em diversas reuniões com o governo e instâncias como o Ministério Público de Contas, seguiu pressionando pelo preenchimento das vagas abertas e a recomposição dos investimentos públicos no Dmae, fortalecendo seus quadros, e pela autonomia de decisões.

Os riscos da falta de pessoal já fo-

ram provados pela auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e as nomeações precisam acontecer imediatamente. Vários casos graves de falta de pessoal poderiam ter levado o tratamento de água e esgoto ao colapso. O Dmae precisa manter suas atividades 24h, 365 dias ao ano, e a falta de servidores qualificados provoca acréscimo de horas extras e exaustão das trabalhadoras e trabalhadores, além da não realização de atividades essenciais.

## APITAÇOS E ALERTAS À POPULAÇÃO

O Cores Dmae e o Simpa realizaram diversos apitaços em frente às unidades do Departamento, com caminhada aos pontos de maior cir-

culação pública, chamando colegas a participar da denúncia à população sobre a política de privatização do prefeito Melo.

Fotos: Silvia Fernandes



## Trabalhadores da Corsan e Dmae na luta unificada em defesa da água e do saneamento público

Fotos: Silvia Fernandes



Simpa, Sindiágua-RS e movimentos sociais realizaram atividades unificadas de luta em defesa da água e do saneamento públicos. Dois grandes atos e caminhadas reuniram milhares de manifestantes. Em todas as manifestações, o alerta para a necessidade de luta da população contra a privatização e precarização dos serviços de água e saneamento em Porto Alegre e no Estado.

Fotos: Sílvia Fernandes



Foto: Mariana Pires



## DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO - CONCURSOS JÁ

# Três anos de denúncias ao desmonte do serviço público em Porto Alegre

Com a proposta de unir a categoria para lutar em defesa do servidor e do serviço público, o Simpa viveu três anos de denúncias, mobilizações e articulações para barrar os desmontes promovidos pelos prefeitos Nelson Marchezan Jr. (PSDB) e Sebastião Melo (MDB).

Ao mesmo tempo em que defendeu os direitos dos servidores e servidoras, que nunca foram tão atacados, também foi preciso desenvolver estratégias para combater a extinção dos equipamentos e das políticas públicas de qualidade para a população.



Foto: Sílvia Fernandes

Ato Unificado do Funcionalismo Estadual, Federal e Municipal reuniu milhares de servidores e servidoras nas ruas, em 2019.



## EM DEFESA DO ABRIGO MARLENE

Foto: Divulgação



A precarização dos espaços de trabalho e o desmonte da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) também foram denunciados. A campanha de mídia nas redes sociais "Defesa do Abrigo Marlene: 25 anos de resistência" buscou a permanência do único abrigo público e

estatal que restou na cidade, após o fechamento do Albergue Municipal e do Abrigo Bom Jesus. Com 25 anos de existência, o equipamento representa a histórica luta das trabalhadoras e trabalhadores da Fasc e do Movimento da População de Rua.

## Simpa levanta a bandeira dos concursos públicos, com convocações imediatas

O processo de desmonte, terceirização e terceirização dos serviços públicos descaracteriza e compromete a qualidade de atendimento à população, por isso, o Simpa defende que o serviço público deve ser exercido por servidores e servidoras públicos de carreira. Diante da significativa diminuição do quadro do funcionalismo municipal, defender “Concursos e Convocações Já” é uma bandeira do Sindicato.

Com a escassez de profissionais nos locais de trabalho, há acúmulo de tarefas para garantir o funcionamento dos serviços, o que gera sobrecarga e adoecimento da categoria. Com o quadro funcional reduzido e sem reposição, acontece a desassistência à população e a morosidade no atendimento. Enquanto isso, a terceirização é aprofundada nos serviços públicos.

O Simpa cobra do governo a realização de concursos e nomeações, em todas as áreas, e levou inúmeras denúncias ao Ministério Público sobre esse tema. Em relação aos con-



ursos da Saúde e da Fasc, foi criada uma comissão conjunta com os Cores para pressionar o governo pela ocupação imediata das vagas vigentes e cobrar concursos. Já no Dmae, a direção do Sindicato e o Cores levaram ao conhecimento da gestão os prejuízos dos desvios de função existentes por falta de trabalhadores, que prejudicam os serviços e pode levar ao desabastecimento.

## DESMONTE DOS CONSELHOS

em 2022, Sebastião Melo conseguiu aprovar, através de 22 vereadores da base do seu governo, o desmonte do controle social na Educação e na Saúde. Aprovou, na Câmara, o Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) 36/2021, um grave ataque à gestão democrática do Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre, e o PLCE 026/21, que acaba com o papel deliberativo do Conselho Municipal de Saúde e altera sua composição, diminuindo a participação popular no plenário. O Simpa e as entidades lutadoras da cidade acompanharam as votações, pressionando os vereadores a não retirarem o direito à participação popular.

## CARRIS PÚBLICA

A extinção da função de cobrador de ônibus em Porto Alegre, em 2021, foi mais um episódio que demonstra a adesão de Melo à política privatista. Não bastasse o golpe, o prefeito utilizou a violência policial, através da ROMU, para reprimir representantes sindicais e cobradores que protestaram durante a sessão de votação na Câmara de Vereadores. O Simpa esteve presente na votação, em defesa da Carris pública, e participou das atividades de greve e mobilização da categoria rodoviária. Com as demais entidades de classe, o Sindicato assinou a nota pública veiculada no jornal Zero Hora, mostrando que investir na Carris pública é investir na qualidade do atendimento e no direito de ir e vir na cidade.



Fotos: Silvia Fernandes

Fotos: Divulgação

## EDUCAÇÃO

# Defesa da Educação Pública frente à política de desmonte dos prefeitos

A Educação Pública se tornou um grande alvo da política perversa de desmonte do serviço público. Frente aos constantes ataques dos gestores em Porto Alegre, tanto no governo do ex-prefeito Marchezan e, agora, com Melo, o Simpa se tornou referência na resistência para garantir direitos das trabalhadoras e trabalhadores em educação e da comunidade escolar.

## ELEIÇÃO DAS DIREÇÕES E GESTÃO DEMOCRÁTICA

A articulação do Simpa na Câmara de Vereadores e nas escolas buscou a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Executivo nº 20/2019, de alteração nas regras para a eleição de diretores. O então prefeito Marchezan encaminhou o PL sem nenhum diálogo com as escolas e o Sindicato teve que recorrer à Justiça para garantir a realização de audiência pública sobre o tema.

Mesmo diante da comprovação de que as novas regras acabam com os princípios da gestão democrática, o PL 20 foi aprovado no dia 11 de dezembro de 2019. A forte mobilização conquistou emendas que atenuaram o caráter nocivo das novas regras, como a que garantiu a posse das direções eleitas naquele ano, assegurando a manutenção dos mandatos e a eleição para cargos de direção e de vice-direção, que estava suprimida na proposta do governo.



Foto: Mariana Pires

Greve Pela Vida, uma das lutas enfrentadas durante a pandemia da Covid19.



Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Divulgação



Foto: Priscila Lobregatte



Audiência Pública em defesa da eleição das direções de escola.

## ESCOLA CÍVICO-MILITAR

O Simpa levou a todas as esferas a posição da categoria municipal da educação, contrária ao projeto de implantação de escolas cívico-militares na Rede Municipal de Ensino. Em reuniões com a Secretaria Municipal de Educação (Smed), levou a crítica e oposição, argumentando sobre o perigo do embute de valores contrários ao pluralismo de ideias, à diversidade, ao ensino crítico e à gestão democrática, engessando, limitando e direcionando a aprendizagem e fazendo desta mero instrumento para impor padrões ideológicos autoritários e acríticos.

O Sindicato deu suporte às direções sobre formas legais para enfrentar e rechaçar a tentativa de imposição do projeto, por parte do governo Melo.

## REGIMES

Conquista da renovação dos regimes contou com ação jurídica do Simpa e reivindicação na Secretaria Municipal de Educação (Smed). Foram beneficiados 1.150 pedidos de regimes.

Fotos: Priscila Lobregatte



## ESCOLA SEM PARTIDO

O Simpa somou força na luta contra o Projeto de Lei do Legislativo (PLL) 124/2016, que tentou estabelecer a Escola Sem Partido na rede municipal de ensino de Porto Alegre. Junto com a Associação de Pais e Mães pela Democracia (AMPD), o Cpers, a Atempa e o SinproRS, mobilizou as trabalhadoras e trabalhadores em educação na defesa da educação plural e democrática.

Para evitar manobras políticas desrespeitando os trâmites legislativos, para votar o projeto no apagar das luzes do final do último mandato, o Simpa acionou sua assessoria jurídica, que obteve liminar da Justiça determinando a suspensão da votação do PLL 124/16.

Foto: Mariana Pires



Foto: Divulgação



Foto: Mariana Pires



## DEFESA DA EDUCAÇÃO

>> O Simpa mobilizou, junto à Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público a defesa dos vales assistenciais para estudantes com necessidades educacionais especiais na Rede Pública Municipal de Porto Alegre, que haviam sido cortados pelo então prefeito Marchezan.

>> Defesa do calendário escolar aprovado pelos Conselhos e homologado pela Smed.

>> Defesa da Educação de Jovens e Adultos nas escolas, confeccionando faixas e materiais informativos para as comunidades escolares, sobre prazos de matrículas e oferta de vagas.

>> Defesa do Ensino Médio na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, contra as tentativas dos governos Marchezan e Melo, de acabar com a modalidade nas escolas.

>> Luta pela manutenção do ensino de Filosofia e a mudança na grade curricular da educação pública municipal, imposta por Melo, fez governo recuar, mantendo a disciplina.

## DIFÍCIL ACESSO

Ação do Simpa, junto com as trabalhadoras e trabalhadores em educação, conseguiu reverter a retirada do difícil acesso nas escolas. Questionando os critérios utilizados pelo então prefeito Marchezan e com ações judiciais, diminuiu de 17 para 04 o número de escolas que foram prejudicadas com a medida de reordenamento.

## LUTA CONTRA DECRETOS E ASSÉDIO

# Decretos da Prefeitura são combatidos pelo Simpa

A pressão do Simpa no governo foi fundamental para reverter decisões administrativas que prejudicariam a categoria municipal. O Decreto 21.569, de julho de 2022, que institui e regulamenta o sistema de registro eletrônico de efetividade funcional e dispõe sobre a compensação de carga horária e o banco de horas dos servidores e servidoras municipais teve forte tensionamento da direção do Sindicato, que apresentou à administração municipal uma análise técnica feita pela sua assessoria jurídica, apontando as incongruências nos artigos e normativas.

As ações da diretoria do Simpa obtiveram reconhecimento do secretário municipal de Saúde, que revogou a Instrução Normativa e publicou nova orientação sobre o

uso do ponto eletrônico na SMS, tornando facultativo aos servidores e servidoras, com jornada de 6h, o intervalo de 15 minutos. O Simpa continuará tensionando para que as outras secretarias reconheçam a impossibilidade da execução do decreto.

No caso do Decreto 21.523/2022, que obriga os servidores e servidoras a compensarem os afastamentos para tratamento de saúde que excedam uma ou duas jornadas de trabalho, incluindo o atendimento de urgência e de emergência e os períodos de deslocamento, o Simpa buscou o diálogo com o prefeito, sem efeito positivo. Por isso, ingressou com ação judicial pelo reconhecimento da ilegalidade do decreto, que segue em tramitação após recurso do Simpa ao Tribunal de Justiça do RS.

## SEM MORDAÇA!

Foi aprovado, por consenso, em assembleia geral do Simpa, que os servidores e servidoras não assinariam o Termo de Ciência e Adesão ao Decreto Municipal 21.071/2021, que institui o Código de Ética, de Conduta e de Integridade dos Agentes Públicos e da Alta Administração do Município de Porto Alegre. Chamado pelo Simpa de "Decreto da Mordança", o documento encaminhado pelo prefeito às chefias restringe a liberdade de expressão da categoria, criando mecanismo de assédio moral e perseguição no serviço público.

Também foram deliberadas ações de enfrentamento, com a organização de ato público e denúncia da ação autoritária do prefeito até no Ministério Público. Após pressão do sindicato, o governo suspendeu a obrigatoriedade da assinatura ao Termo de Adesão.



Foto: Mariana Pires

Reunião com governo para reverter o Decreto da Mordança.



Foto: Sílvia Fernandes

Ato na SMS denuncia agressão contra servidora.



Foto: Sílvia Fernandes

Argumentação jurídica do Sindicato aponta irregularidades dos decretos.



Foto: Mariana Pires

Simpa entrega ofício contestando Decreto sobre afastamento de saúde.



Foto: Mariana Pires

Vitória contra o racismo institucional na Prefeitura.

## SAÚDE

# Entidades debatem nova legislação para Plantões da Saúde

Com mobilização da categoria e pressão na Câmara de Vereadores, o Simpa e as associações do Município aprovaram o Decreto Legislativo 426, derrubando o Decreto do então prefeito Marchezan e abrindo espaço para a construção de um projeto novo sobre plantões que contemple a diversificação do formato de escalas, incluindo as 12x60, com a participação dos plantonistas.

Na Saúde, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) do Simpa, ASHPS, Cores Saúde e plantonistas para debater a legislação dos plantões na área. Já aconteceram diversas reuniões com representantes do governo e plenárias nos locais de trabalho para avançar na aplicação das escalas de plantões diversificadas. As representações pedem que

sejam respeitadas e inclusas as escalas de plantões que funcionaram durante décadas na Saúde, mesmo nos locais que já modificaram as escalas conforme o decreto suspenso.

No HMIPV, se conquistou um acordo com a direção do Hospital que concordou em manter as escalas de plantões como sempre eram cumpridas, até que seja elaborada e aprovada nova lei específica regulamentando o formato das escalas de plantões na Saúde municipal. A luta e pressão junto ao governo segue para garantir uma legislação específica aos plantonistas da saúde que contemple a diversificação de escalas conforme eram cumpridas há décadas, incluindo-se aí as escalas 12x60.

## SERVIDORES ELEGEM A DIREÇÃO GERAL DO PACS

Eleger de forma direta a direção geral do seu local de trabalho é uma conquista histórica da categoria, que foi referendada, em 2021, com a eleição para o cargo de diretor geral do Pronto-Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS). A votação foi on line, elegendo o enfermeiro Armando Teixeira Júnior para o cargo, com 105 votos. O médico Firmo Krebs Neto, que também concorria no pleito, recebeu 103 votos. A eleição é resultado das denúncias sobre a grave situação do PACS, que estava sem direção geral há mais de um ano. Infelizmente, o Secretário Municipal de Saúde que acompanhou e legitimou todo o processo eleitoral, foi desautorizado pelo prefeito Melo, o qual acabou nomeando o 2º colocado na eleição, desrespeitando a decisão democrática.

Fotos: Divulgação



Plenárias, reuniões com o governo e formação do GT dos plantonistas.



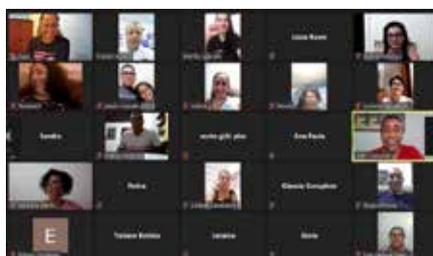
Foto: Divulgação



Comissão eleitoral protocolou resultado da eleição no PACS.



Fotos: Priscilla Labregatte



## SAÚDE NÃO É MERCADORIA!

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE  
EM DEFESA DO SUS E DO SERVIÇO PÚBLICO.

**Simpa**  
Sindicato dos Municipais de Porto Alegre

## TERCEIRIZAÇÃO NÃO!

# Movimento “Saúde Não é Mercadoria” luta contra as terceirizações no SUS

O movimento “Saúde Não É Mercadoria!” veio em resistência às terceirizações, criado neste ano, pelo Simpa, Cores Saúde, Conselho Municipal de Saúde (CMS), Aser-GHC e Fórum em Defesa do SUS. As entidades uniram-se em diversas manifestações, junto com a comunidade, na tentativa de frear o processo de entrega da rede básica de saúde às empresas privadas.

A partir da mobilização, diversas reuniões foram realizadas com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) apontando os prejuízos no atendimento à população causados pelas terceirizações e questionando o desrespeito com que as servidoras e servidores das UBSs e Farmácias Distritais vinham sendo tratados no remanejamento.

O Simpa, Cores Saúde e demais entidades realizaram atos públicos, incontáveis denúncias e audiências com o Ministério Público (MP) e, também, protocolaram pedido de habilitação junto a ação no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), argumentando que a terceirização promovida pela Prefeitura nas UBSs é ilegal, conforme o Termo

Foto: Priscila Lobregatte



Manifestantes reivindicam reunião com secretário de Saúde.



Foto: Priscila Lobregatte

Ato na SMS pede o fim das terceirizações e dos remanejamentos.

de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2017 entre Município e órgãos de controle.

Melo se aproveitou do período da pandemia acelerando ainda mais a entrega dos equipamentos de saúde às empresas privadas. Em Porto Alegre, mais de 96% dos equipamentos da rede básica de saúde municipal foram terceirizados restando apenas 3,7% das UBSs sob administração do Município, ultrapassando o caráter complementar e temporário das terceirizações na Saúde, como prevê a Constituição Federal e a legislação do SUS. O Simpa denuncia os prejuízos trazidos por esta política, como: a redução das equipes; a reformulação que retirou dos postos os médicos especialistas e profissionais experientes da enfermagem, gerando descontinuidade e reduzindo a qualidade dos atendimentos; e a maior possibilidade de corrupção e desvios do dinheiro público, comuns nas parcerias público-privadas (PPPs).

Fotos: Sílvia Fernandes



Simpa elaborou um manifesto alertando a população para os riscos da terceirização das UBSs, com a diminuição de atendimentos e perda do vínculo com os profissionais da Saúde.

## RESISTÊNCIA NA BOM JESUS E LOMBA DO PINHEIRO

No final de 2019, Simpa, Cores Saúde, Simers, Sindisaúde-RS, AserGHC, Sindisprev-RS e servidoras/as montaram uma frente de resistência ao desmonte promovido nas esferas federal, estadual e municipal na área da saúde pública. Em Porto Alegre, os alvos do então prefeito Marchezan eram os Pronto-Atendimentos Bom Jesus e Lomba do Pinheiro. Foram realizados diversos atos e manifestações para evitar a terceirização dos prontos atendimentos.

Eles denunciavam a corrupção da Organização Social SPDM, que assumiria a gestão dos postos, mesmo sendo proibida de atuar no estado de Santa Catarina, onde é investigada por desviar dinheiro público. A empresa também responde a processos por corrupção em São Paulo. Uma denúncia semelhante de corrupção com empresa terceirizada (Gamp), em Canoas, mostrou que todos os partidos apoiadores de Marchezan estavam envolvidos.



Foto: Silvia Fernandes



Foto: Mariana Pires

Mobilizações para diálogo com a comunidade.



Foto: Silvia Fernandes



Foto: Silvia Fernandes

**Movimento unificado do Simpa, Cores Saúde, CMS, CUT, Sindisprev-RS, Conselho Distrital de Saúde (CDS), Comissão dos Trabalhadores do PACS e comunidade da grande Cruzeiro barra a terceirização do PESM-PACS - Emergência de Saúde Mental do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul.**

### VITÓRIA NO HPS: TERCEIRIZADA ENCERRA ATIVIDADES

Simpa, ASHPS, Astec e AserGHC criaram, em abril de 2020, uma campanha publicitária para denunciar à população a má atuação da empresa terceirizada, Associação Vila Nova, no Hospital de Pronto-Socorro (HPS). Após diversas reuniões e denúncias sobre a ausência de capacitação, por parte da empresa terceirizada, aos profissionais para a qualificação necessária para atender os pacientes, constatou-se a evidente desorganização e despreparo das equipes. No momento mais crítico da pandemia, a gestão Melo, então pressionada pelo movimento, encerrou as atividades da empresa no local.

### DEMISSÕES NO IMESF

A terceirização nos serviços de saúde acelerou em 2019, quando Marchezan anunciou o fim do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), demitindo trabalhadores e trabalhadoras da Atenção Básica e ocasionando o fechamento das unidades de saúde Pitinga, Laranjeiras, Jenor Jarros e Elizabeth, por falta de servidores. Em resposta ao ofício enviado pelo Simpa, a Promotoria de Direitos Humanos do MP obrigou o Município a reabrir as UBSs, em até 72 horas.

O Simpa esteve presente nas batalhas em defesa dos profis-

sionias do IMESF, participando, entre outros, do ato público "Natal sem SUS", em frente à SMS, em dezembro de 2019. Também apoiou a greve contra as demissões, em 2020, e participou da Ocupação da SMS, em 2021, que durou cerca de 12h, conquistando uma reunião com o secretário municipal. Com total desrespeito às trabalhadoras e trabalhadores do IMESF, a Prefeitura, até hoje, não pagou as verbas rescisórias de centenas de demitidos e não houve, sequer, um aceno do prefeito Melo para honrar este compromisso.

# SIMPA DEFENDE TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA FASC E EDUCAÇÃO

O Simpa está do lado dos trabalhadores da empresa Lyon, lotados na SMS e na Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), e das 700 empregadas da terceirizada Multiclean, que atendem as escolas da rede municipal de ensino, com serviços de limpeza, conservação e cozinha. Além de submetidas à precarização do trabalho, são constantemente atacadas/os em seus direitos trabalhistas, sem receber salários, rescisão, vale-alimentação, etc, contando com a solidariedade do Sindicato pra reivindicações junto ao governo.



Foto: Sílvia Fernandes

## PERSEGUIÇÃO X FISCALIZAÇÃO

Simpa, CMS e as entidades em defesa da saúde foram proibidas de realizar a fiscalização nas UBSs, sendo expulsas pela ROMU dos locais, em 2020. O Sindicato cumpria o papel de acompanhar de perto a implementação das novas equipes nos postos, que iniciavam sem capacitação e despreparadas. Os servidores contavam sobre perseguições que vinham sofrendo para trocarem de unidade o quanto antes. Nesse tempo, a ação liminar do Simpa que impediu relocações forçadas e arbitrárias da Prefeitura, durante o período eleitoral de 2020, foi considerada uma vitória.



Foto: Mariana Pires

Ato na UBS Restinga.



Foto: Priscila Lobregatte

Protesto na UBS Chácara da Fumaça.



Foto: Mariana Pires

Ato no Postão do IAPI.



Foto: Sílvia Fernandes

Ato na UBS Tristeza.

O movimento também buscou a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), da Câmara de Vereadores, para expor todo esse processo violento pelo qual os trabalhadores passavam. Parlamentares integrantes da Cosmam decidiram iniciar uma série de visitas aos locais de trabalho, junto com as entidades em defesa da saúde, e solicitaram a formalização das denúncias de perseguição ou precarização.

## Terceirização na enfermagem do HMIPV

Na luta contra a terceirização dos serviços de Enfermagem no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (convênio da PMPA com o HPUC), o Simpa, o Conselho Municipal de Saúde (CMS) e a ASSERPV fizeram diversas denúncias ao MPE. As entidades entraram com ação judicial no TJ-RS com provas cabais de prejuízo à população. A gestão Melo, por sua vez, se utilizou da própria pandemia da Covid19 como justificativa para acelerar a terceirização neste hospital. A ação na Justiça e as denúncias no MP, embora muito bem fundamentadas, até o momento não obtiveram êxito.

Foto: Sílvia Fernandes



Foto: Priscila Lobregatte



Fotos: Sílvia Fernandes



Foto: Divulgação



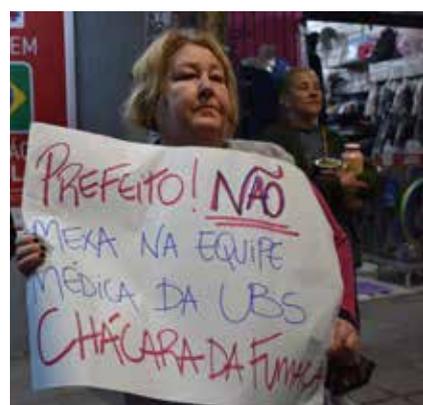
Foto: Sílvia Fernandes



Fotos: Priscila Lobregatte



Fotos: Priscila Lobregatte



## REFORMA ADMINISTRATIVA PEC 32

# PEC 32: resistência das entidades sindicais congelou tramitação

O Simpa uniu forças no movimento sindical para barrar a Reforma Administrativa de Jair Bolsonaro, enviada ao Congresso Nacional, em 2021, como Proposta de Emenda à Constituição – PEC 32. A medida decreta o fim dos serviços públicos, sendo o maior ataque já feito aos servidores e servidoras das esferas federal, estadual e municipal. Para resistir, o Simpa participou em diferentes ações. O movimento conseguiu fazer frente ao desmonte e, mesmo com a aprovação da Comissão Especial da Reforma Administrativa, por 28 votos contra 18, a proposta foi congelada.

O principal ataque previsto na PEC 32 é a destruição da estabilidade, possibilitando a demissão, a qualquer momento, de servidores, bem como o aumento da ocupação de cargos por apadrinhados políticos, sem qualificação para atender adequadamente a população. Também prevê a transferência de atividades públicas para a iniciativa privada e a ampliação dos poderes do presidente da República para reorganizar o funcionamento do Estado, de forma arbitrária e sem qualquer discussão com o Congresso Nacional e com a sociedade. Isso pode



Fotos: Sílvia Fernandes

*No Dia Nacional de Luta, categoria municipal realizou protesto em frente ao Hospital de Pronto-Socorro (HPS), juntamente com lideranças dos sindicatos de servidores públicos municipais, estaduais e federais.*

levar ao aumento da corrupção, dos custos dos serviços e ao desmonte total da estrutura pública.

A categoria municipal foi chamada a participar do “Dia Nacional de Lutas e Paralisações contra a PEC 32”, realizado pelas centrais sindicais e movimentos sociais no Brasil em 18 de agosto de 2021. A data foi considerada ponto central para mostrar a força dos trabalhadores ao Congresso Nacional.

O Simpa também mobilizou a categoria para o Ato Público Unificado, realizado em 14 de setembro de 2021, que denunciou os prejuízos da

política adotada por Bolsonaro com as reformas estruturais de corte de direitos dos trabalhadores. Uma atividade organizada pelo Simpa, Cpers-RS, Sintrajufe-RS, Sindserf-RS, Atempa, ASHPS, ASSERP, centrais sindicais, Fórum em Defesa do SUS e vereadores.

Fotos: Mariana Pires



## CAMPANHA PUBLICITÁRIA

A Frente dos Servidores Públicos do RS, integrada pelo Simpa juntamente com outras 33 entidades sindicais e movimentos sociais, atuou para impedir a tramitação da Reforma Administrativa, com uma campanha de outdoors em Porto Alegre, na Região Metropolitana e interior do Estado. A mensagem denunciou os parlamentares que manifestaram voto favorável à PEC 32 e chamou a população a pressioná-los para que virassem o voto. Também foram veiculadas mensagens na Internet e spots de áudio nas principais rádios do RS. O Simpa confeccionou faixas com o slogan “Serviço Público: defenda agora ou pague a conta”, a fim de mostrar a gravidade desta medida apresentada por Bolsonaro. O alerta foi veiculado em todas as divulgações do Sindicato.



Foto: Divulgação

Fotos: Mariana Pires



Fotos: Mariana Pires



## PAINEL E SEMINÁRIO

Para conscientizar as trabalhadoras e trabalhadores da importância da luta contra a PEC 32, o Simpa organizou o painel on-line “Reforma Administrativa NÃO” preparatório ao seminário da categoria municipal, onde tratou do desmonte dos serviços públicos promovidos pela Reforma Administrativa.

No primeiro dia do Seminário do Simpa, realizado em setembro, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese) e a assessoria jurídica do Sindicato fizeram uma ampla abordagem sobre todos os pontos negativos da reforma.



Foto: Divulgação



Fotos: Sílvia Fernandes



Fotos: Mariana Pires



Foto: Divulgação



Fotos: Sílvia Fernandes



Foto: Divulgação



## LUTAS SOCIAIS

# Simpa integra manifestações nacionais pelo Fora Bolsonaro

Em defesa da vacina contra a Covid-19 e contra o aumento da fome e do desemprego no País, causados pela má gestão do governo federal, o Simpa convocou a categoria municipal para somar forças às manifestações "Fora Bolsonaro", de 2021. Foi uma série de protestos, a nível nacional, marcados pela diversidade e indignação à omissão e irresponsabilidade do presidente que levaram o Brasil à vergonhosa segunda pior posição em números absolutos de mortos pela Covid-19.

Organizado pelas centrais sindicais, frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo e Povo na Rua e por movimentos sociais e populares, o "Fora Bolsonaro" também disse não à PEC 32, da Reforma Administrati-



Foto: Sílvia Fernandes

va, que tramitava no Congresso Nacional. Durante os protestos, o Simpa e os municípios/as levaram um "outdoor ambulante" que, sobre um caminhão, denunciava a destruição

do país por Bolsonaro, de um lado, e do outro a política do prefeito Sebastião Melo que retira direitos dos servidores e sucateia os serviços públicos.

## SEDE MARIELLE FRANCO

No dia 20 de novembro de 2020, a sede do Simpa passou a ser chamada de "Marielle Franco", em denúncia ao crime racista e machista contra a vereadora de mesmo nome, assassinada brutalmente em 2018, junto com o seu motorista Anderson Gomes. Seguindo as regras de distanciamento da pandemia, o ato político simbólico de denominação aconteceu por transmissão ao vivo e inaugurou a placa com o nome de Marielle, que se encontra, atualmente, na fachada do Sindicato. O nome da sede inspira a busca por justiça e igualdade em nossa sociedade e deixa o questionamento: "quem mandou matar Marielle?", para que nunca se esqueça.



Fotos: Mariana Pires



## COM O MOVIMENTO NEGRO

A Marcha Independente Zumbi Dandara, de 2021, marcou os 50 anos do Dia da Consciência Negra, no 20 de novembro, unindo a luta do povo negro com as manifestações pelo Fora Bolsonaro, em todo o País, e a retomada do ato que não aconteceu em 2020. Organizada pelo movimento negro e de combate ao racismo, com o apoio das centrais sindicais e movimentos sociais, o Simpa e a categoria municipal também estiveram presentes com intervenção de cartaz escrito "FORA BOLSONARO RACISTA!" .

Fotos: Silvia Fernandes



## GRITO DOS EXCLUÍDOS

A categoria municipal aprovou em assembleia geral a participação do Simpa no 28º Grito dos Excluídos e das Excluídas, no dia 07 de setembro de 2022, diante da necessidade urgente de defender a vida em primeiro lugar e impedir a política da fome e o empobrecimento das trabalhadoras e trabalhadores, que se reflete na política federal, estadual e municipal. A marcha descentralizada saiu do bairro Partenon, em Porto Alegre, com as faixas em defesa do Dmae público e do movimento "Saúde Não É Mercadoria!". O tradicional grito acontece sempre no dia da Independência do Brasil. Em 2021, o Simpa também se fez presente, junto com a Frente dos Serviços Públicos (FSP) e as centrais sindicais.

## Mobilização pela vida das mulheres!

Em 2020, 2021 e 2022, o Simpa esteve presente no histórico 8 de março – Dia Internacional da Luta das Mulheres, quando os movimentos feministas, sindicais e populares marcham e realizam atividades, pedindo o fim da violência contra a mulher e dos feminicídios. Ao longo do governo Bolsonaro, o movimento também defendeu a democracia contra o autoritarismo do presidente, bem como o combate à fome e à miséria, reivindicando o trabalho digno no campo e na cidade e os direitos básicos ao emprego, à alimentação, à saúde e à educação para suas famílias.

As feministas buscam mais participação popular na defesa das políticas públicas e o fim da violência de gênero, racismo estrutural e LGBT-QIA+ fobia.

# AÇÕES JURÍDICAS NA DEFESA DE DIREITOS

## **Autonomia escolar “recesso “forçado”**

Conquista de liminar suspendendo a determinação abrupta de recesso escolar imposta pela Prefeitura, que limitava a autonomia das comunidades escolares na gestão do seu calendário letivo. (Processo: 5054922-77.2019.8.21.0001)

## **Suspensão de publicidade de Marchezan, caracterizada como propaganda eleitoral antecipada com recursos públicos**

Concedida liminar que impediu o Município de efetuar qualquer publicidade que não seja de cunho educativo, informativo ou de orientação social à população. (Processo: 5055216-32.2019.8.21.0001)

## **Protocolos sanitários na pandemia, trabalho remoto e fornecimento de EPIs**

Acordo judicial conquistado para garantir que a Prefeitura fornecesse Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos servidores em trabalho presencial junto à administração direta e indireta durante toda a duração da pandemia da Covid19, de acordo com as normas técnicas e decretos municipais. (Processo: 5018557-87.2020.8.21.0001)

## **Defesa do pagamento da GIA aos servidores do Demhab**

Sentença julgando procedente a ação. O Tribunal de Justiça negou provimento à apelação do DEMHAB, que opôs Embargos de Declaração. (Processo: 5056615-62.2020.8.21.0001)

## **Insalubridade em 40% na saúde e na assistência social no período da pandemia**

Está em fase de julgamento, após a produção de laudo pericial reconhecendo o adicional de insalubridade em grau máximo. (Processo: 5019948-77.2020.8.21.0001)

## **Saldo remanescente de férias**

Ação julgada procedente para condenar o Município ao pagamento com correção monetária e juros do período de férias desde o momento em que deveria ser satisfeita a obrigação. O pagamento aguarda produção de perícia contábil, para definição individualizada dos valores. (Processo: 5013018-09.2021.8.21.0001)

## **Difícil acesso nas escolas**

Para sustar os efeitos do ato administrativo que retirou a condição de difícil acesso a várias escolas da Rede Municipal de Ensino, o Simpa contratou perícia técnica e entrou

com ação judicial, revertendo a decisão para um conjunto expressivo de escolas. O processo ainda está em andamento para algumas escolas que não tiveram revertida administrativamente a decisão. (Processo: 5061191-98.2020.8.21.0001)

## **Suspensão indevida, por 18 dias, dos RCTs e RST de professores**

Em fase de instrução probatória, o processo poderá, após julgado, abrir caminho para o reconhecimento da artificialidade das interrupções de regimes especiais de trabalho em meio ao ano letivo. (Processo: 5015032-63.2021.8.21.0001)

## **Suspensão e anulação da votação do projeto “Escola Sem Partido”**

Liminar concedida determinou a suspensão da votação do PLL n. 124/2016, enquanto não realizada audiência pública. (Processo: 5054063-61.2019.8.21.0001)

## **Insalubridade para servidores do Demhab**

Ação em andamento, aguardando a realização de perícia para retomada do pagamento do adicional de insalubridade. (Processo: 5005971-47.2022.8.21.0001)

## **Insalubridade para monitores**

Ações individuais reivindicando o adicional de insalubridade para monitoras e monitores, constatada em laudo técnico contratado pelo Simpa.

## **Suspensão das aulas presenciais durante a bandeira preta da Covid19**

O deferimento da liminar, na ação do SIMPA, abriu o caminho para a propositura de ação, com idêntico objeto, em nível estadual, pela Associação de Mães e Pais pela Democracia. A liminar permaneceu vigente de 25/02/2021 até 26/04/2021, quando houve a alteração do Sistema de Distanciamento Controlado pelo Governo do Estado. (Processo: 5019022-62.2021.8.21.0001)

## **Greve Pela Vida**

Ação resultou em acordo homologado para garantir: 1) a ampliação dos esforços para conclusão do ciclo vacinal; 2) a ampliação de testagem; 3) a manutenção dos COEs Municipal e Local; 4) a suspensão das aulas, quando verificada tendência grave de piora no quadro epidemiológico municipal, ocorrendo concomitantemente a lotação hospitalar superior à 95% de seus leitos disponíveis e a identificação de Rt (taxa de transmissão) superior à 1,2; 5) a destinação de verba extra para EPIs; 6) a ausência de prejuízo à situação funcional e remuneratória aos grevistas, com recuperação de carga horária conforme definição das comunidades escolares. (Processo: 5067329-02.2021.8.21.7000 SIMPA x MUNICÍPIO e 5067128-10.2021.8.21.7000 MUNICÍPIO x SIMPA)

## **Decreto licença saúde e atestado médico**

Ação está em andamento, com prazo para contestação do Município. (Processo: 5132965-23.2022.8.21.0001)

## **Suspensão de edital de relação na Saúde**

Em fase de instrução, ação busca suspender os efeitos do edital "Cadastro de Intenções n. 02/2022 Processo Seletivo DAPS", para relação, transferência ou a remoção de servidores das Unidades Básicas de Saúde. (Processo: 5108795-84.2022.8.21.0001)

## **Regra da pontuação da Reforma da Previdência**

Pede a revisão da interpretação e aplicação da regra dos pontos estabelecida com a Reforma da Previdência (artigo 43-B da LOM), para que seja agregado um ponto à pontuação mínima apenas a partir de 1º de janeiro de 2023. (Processo: 5177912-65.2022.8.21.0001)

## **Ilegalidade da Reforma da Previdência**

Ação requer que o Município se abstenha de reduzir a isenção da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas para 2,4 salários mínimos, respeitan-

do a isenção do teto do RGPS, nos termos do §1º do artigo 87 da LC 478/2002. (Processo: 5103813-27.2022.8.21.0001)

## **Anulação de processo administrativo disciplinar contra os integrantes do Cores Fasc**

Foi conquistada liminar e a Fasc reconheceu a nulidade do processo administrativo disciplinar, sendo extinta a ação pela composição das partes. Importante no enfrentamento à perseguição política sofrida por dirigentes sindicais. (Processo: 502507-67.2020.8.21.0001)

## **Relotação das servidoras da UBS Calábria**

Conquistada liminar que proíbe a relotação das servidoras, em razão da terceirização promovida pela gestão Melo. Confirmada, no mérito, em primeira e segunda instâncias. (Processo: 5108795-84.2022.8.21.0001)

## **Simpa na ação do MP contra as terceirizações na Saúde**

Foi encaminhado pedido de habilitação no TJRS, na ação promovida pelo Ministério Público contra o Município, cujo objeto consiste no cumprimento de TAC que prevê que a prestação de serviços de saúde da

# **ASSESSORIA JURÍDICA DO SIMPA**

**Atendimento on-line ou presencial  
com agendamento pelo WhatsApp 51 982477-354**



atenção primária deve ser executada diretamente pelo Município, por meio de servidores públicos. Aguarda decisão do desembargador e julgamento do mérito. (Processo: 0001863-49.2021.8.21.7000)

## **Trabalho remoto para servidoras gestantes**

Conquistada liminar para garantia do direito ao trabalho remoto à servidora gestante que ainda não havia tomado as duas doses da vacina contra a Covid19. A decisão abriu caminho para garantia do direito à outras servidoras gestantes, mesmo após a conclusão do esquema vacinal contra a Covid19. (Processo: 90122016-40.2021.8.21.0001)

## **Licença maternidade estendida**

Conquista de liminar que fixa o marco inicial da licença maternidade à data da alta hospitalar do filho nascido prematuramente. (Processo: 5152469-49.2021.8.21.0001)

## **Licença adotante**

Conquista de liminar para servidora que adotou menina de 13 anos e não ganhou a licença maternidade à adotante. (Processo: 512786813-20.208.21.0001)

## **Retomada do Regime**

Ação do Simpa restitui o Regime de Dedicção Exclusiva a servidora que teve seu regime retirado por motivo de Licença Tratamento de Saúde. (Processo: 9008007-33.2018.8.21.0001)

## **Horas extras**

Simpa conquistou na Justiça, em ação individual, a incorporação de horas extras aos proventos, simultaneamente ao regime de trabalho, aumentando o atendimento jurídico nesta questão. (Processo: 9064605-07.2018.8.21.0001)

## **Ações funcionais individuais**

Adaptando-se às restrições de isolamento da pandemia da Covid19, o Simpa manteve atendimento jurídico individual, de forma on-line ou presencial (quando estritamente necessário) para assuntos funcionais relacionadas ao pagamento de vantagens, licenças para tratamento de saúde, licença aguardando aposentadoria, licença adotante e gestante, revisão de aposentadoria, licença-prêmio, férias, questões relativas à pandemia da e outras.

## **Orientação para aposentadoria**

Ampliação do atendimento e orientação para aposentadoria após a Reforma da Previdência e a edição da LC851/19, com a realização de cálculo de proventos e datas prováveis de aposentadoria.

## **Processos administrativos e assédio**

O atendimento jurídico também fez o acompanhamento e defesa de servidores em sindicâncias, inquéritos, mediações, estágios probatórios, assédio moral, formulação de requerimentos e recursos administrativos e acompanhamento de ações ajuizadas.

## **Consignados e pensão alimentícia**

O Simpa intensificou os atendimentos jurídicos referentes a empréstimos consignados e pensão alimentícia para servidores que acumulam empréstimos e, ao aposentar-se, têm perdas salariais ou para os que arcam com pensão alimentícia para filhos já adultos e que não mais estudam, com renda própria. Também há servidores em processo de separação, que querem saber os limites jurídicos daquilo que podem eventualmente negociar com seus ex-cônjuges.

## **Ação da Abrasconseg**

O Simpa, que não é autor na ação, tornou-se "Amicus curiae" na ação judicial para reaver os valores descontados de forma indevida pela União Novo Hamburgo, entre os anos 2003 e 2006. O Sindicato informa que, atualmente, agurada a publicação, no processo, da listagem contendo os efetivos credores.



**Não há ASSISTÊNCIA SOCIAL sem trabalhadoras/es valorizados**

**POR MELHORES SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO EM PORTO ALEGRE**



# Eleição do Cores foi on-line, pela primeira vez

A pandemia da Covid19 e as necessárias medidas de isolamento, interromperam o processo de eleições dos Conselhos de Representantes do Simpa (Cores), que estava previsto para o mês de março de 2020.

Um ano após, em março de 2021, o processo foi retomado, com a utilização de plataforma de votação eletrônica ou por meio de assembleia em aplicativos de reunião on-line.

Com exceção da eleição do Cores Fasc, que aconteceu de forma presencial, ainda em dezembro de 2020, todos os outros setores de trabalho escolheram a composição



do seu Cores de forma on-line, sendo escolhidos os representantes do Demhab, DMLU, Saúde, Aposentados, Educação, Dmae, SMRI/SMS-GOV e SMDET.

## SALA DE REUNIÕES ON-LINE DO SIMPA

Diante dos desafios impostos pela pandemia, o Simpa criou uma sala de reuniões on-line, pelo aplicativo Zoom, com capacidade para até 1.000 participantes. A iniciativa permitiu a realização de assembleias, reuniões de Cores, seminários e diversas discussões de luta da categoria municipal.

Foto: Mariana Pires



Reunião do Cores Fasc antes do início da restrição de circulação imposta pela pandemia da Covid19.



Primeira assembleia geral online do Simpa foi realizada no dia 10 de junho de 2020, para aprovação da pauta de reivindicações da data-base 2020.



Assembleia geral extraordinária on-line realizada no dia 05 de outubro de 2020 teve record de participação, com mais de 800 servidoras e servidores de Porto Alegre decidindo pela manutenção de estado de greve na Educação.



## **GESTÃO SIMPA 2019-2022**

**Diretor Geral** – João Ezequiel da Silva

**Diretor Geral** - Jonas Reis

**Diretor Geral** – Alexandre Dias Abreu

**Diretora Administrativa** – Luciane Pereira da Silva

**Diretora Administrativa Adjunta** – Daniela Coelho

**Diretor Financeiro** – Luís Fernando de Fraga Silva

**Diretora Financeira Adjunta** – Fabiane Borges Pavani

**Diretora de Comunicações** – Cindi Regina Sandri

**Diretor Adjunto de Comunicações** – Glauco Marcelo Dias

**Diretor de Formação Sindical** – Edson Zomar de Oliveira

**Diretora Adjunta de Formação Sindical** – Naiara Chaves Vieira

**Diretora de Assuntos Jurídicos** – Silvana Conti

**Diretor de Saúde do Trabalhador** – Egídio Luiz Paolin

**Diretora Adjunta de Saúde do Trabalhador** – Marcia Dias Loguercio

**Diretor de Cultura, Esporte e Lazer** – Rodrigo de Barcelos Rodrigues

**Diretora de Ações de Combate a Opressão** – Roselia Siviero Sibemberg

**1ª suplente** – Marília Iglesias

**2ª suplente** – Márcia Rosi Ferreira

### **SIMPA – LUTA E RESISTÊNCIA**

**Prestação de contas da gestão 2019-2022**

**é uma publicação do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre - SIMPA**

Rua João Alfredo, 61 - Porto Alegre/RS

CEP 90050-230 - Fone: (51) 3228.2325

**[www.simpa.org.br](http://www.simpa.org.br)**

**[simpa@simpa.org.br](mailto:simpa@simpa.org.br)**

### **EXPEDIENTE**

**Coordenação:** Cindi Sandri

**Redação/Edição:** Mariana Pires (jornalista - Mtb 18419) e Silvia Fernandes (jornalista - Mtb 11137)

**Projeto gráfico/diagramação:** Silvia Fernandes (jornalista - Mtb 11137)

**Exemplares:** 1.000 unidades

**Impressão:** VT Propaganda

**Data de fechamento da edição:** 14/10/2022

**[comunicacao@simpa.org.br](mailto:comunicacao@simpa.org.br)**



# CONCURSO e NOMEAÇÃO JÁ!

para todos os cargos e  
vagas em aberto





**Sindicato dos Municipários de Porto Alegre - Simpa**  
**Rua João Alfredo, 61 - Cidade Baixa - Porto Alegre/RS**  
**CEP 90050-230 | [simpa@simpa.org.br](mailto:simpa@simpa.org.br) | Fone: 51 3228-2325**

 **SECRETARIA** 51 98177-5778

 **ATENDIMENTO JURÍDICO** 51 982477-354

 **ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO** 51 99137-6974



**Acompanhe as notícias do Simpa nas redes sociais:**



[simpa.org.br](http://simpa.org.br)



[@simpapoa](https://www.instagram.com/simpapoa)



[@SimpaPortoAlegre](https://www.facebook.com/SimpaPortoAlegre)



[SimpaPorto Alegre](https://www.youtube.com/SimpaPortoAlegre)



[@simpapoa](https://www.twitter.com/simpapoa)